



VIVER O PRESENTE, PROJETAR O FUTURO

**PROJETO
EDUCATIVO
2023-2026**



PROJETO EDUCATIVO

A ESCOLA COMO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Outubro de 2023

Índice

Lista de Siglas e Acrónimos.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	6
1.1 - Patrono.....	7
1.2 - Caracterização do Agrupamento.....	9
1.3 - Caracterização da População Escolar e Resultados Académicos.....	11
1.4 - Recursos Humanos e Físicos.....	14
1.4.1 - Recursos Humanos.....	14
1.4.2 - Recursos Físicos.....	14
1.5 - Parcerias.....	16
1.6 - Organização Administrativa e Pedagógica.....	17
1.7 - Representação dos Alunos.....	18
1.8 - Representação dos Pais e Encarregados de Educação.....	18
2. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO PROJETO EDUCATIVO.....	19
2.1 – Visão.....	19
2.2 – Missão.....	19
2.3 – Princípios e Valores.....	20
2.4 – Perfis dos Agentes Educativos.....	21
2.4.1 - Perfil do Aluno.....	21
2.4.2 - Perfil do Educador/Professor.....	21
2.4.3 - Perfil do Assistente Operacional e do Assistente Técnico.....	22
2.4.4 - Perfil do Encarregado de Educação.....	22
2.5 – Constituição das Turmas.....	23
2.6 - Horários das Turmas.....	25
2.7 - Distribuição do Serviço Docente.....	26
3. PLANO ESTRATÉGICO.....	28
3.1 – Programas, Projetos e Clubes.....	29
3.2 – Plano de Ação.....	33
3.2.1 – Áreas de Ação.....	33
3.2.2 – Eixos Transversais.....	36

3.3 – Monitorização e Avaliação.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
REFERÊNCIAS NORMATIVAS	43
ANEXOS - Matrizes Curriculares	I
1.º Ciclo - Ensino Regular (a)	II
2.º Ciclo - Ensino Regular (b)	III
2.º Ciclo - Ensino Artístico (b)	IV
3.º Ciclo - Ensino Regular (a)	V
3.º Ciclo - Ensino Artístico (a)	VI

Imagens

[Imagem 1] – Ambiente de trabalho	1
[Imagem 2] – Serviço educativo (Processo).....	3
[Imagem 3] - European Framework for the Digital Competence of Educators: DigCompEdu (1)”	5
[Imagem 4] – PORDATA (Estatísticas, gráficos e indicadores de Guimarães).....	6
[Imagem 5] – Arquivo digital da Casa de Sarmento.....	7
[Imagem 6] – Dashboard do Inovar Alunos.	11
[Imagem 7] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Taxas de transição comparadas).....	11
[Imagem 8] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Taxa de transição).	11
[Imagem 9] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Médias e taxas de sucesso e de qualidade do sucesso).....	11
[Imagem 10] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Avaliação externa).....	12
[Imagem 11] – Parcerias (Assinatura de correio eletrónico e folha timbrada).....	16
[Imagem 12] – Organigrama do Agrupamento.	17
[Imagem 13] – Associações de pais e encarregados de educação (Facebook).	18
[Imagem 14] – Logótipo do Município de Guimarães.	30
[Imagem 15] – Serviço educativo (Pedagogia).	30
[Imagem 16] – Metodologias ativas.	32
[Imagem 17] - European Framework for the Digital Competence of Educators: DigCompEdu (2)” ...	38
[Imagem 18] - Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal and European Comission, 2020.	39

Tabelas

[Tabela 1] – Relatório de autoavaliação (Forças e fraquezas).	13
[Tabela 2] – Relatório de autoavaliação (oportunidades e ameaças).....	14
[Tabela 3] – Recursos humanos (Pessoal docente).	14
[Tabela 4] – Recursos humanos (Pessoal não docente).	14
[Tabela 5] – Recursos físicos.....	14
[Tabela 6] – Parcerias.	16
[Tabela 7] – Programas, projetos e clubes.	29
[Tabela 8] – Método de ensino tradicional e metodologias ativas.....	31
[Tabela 9] – Área de ação (Aprender).....	33
[Tabela 10] – Área de ação (Incluir).....	34
[Tabela 11] – Área de ação (Comunicar).	35
[Tabela 12] – Eixo transversal.....	36

Lista de Siglas e Acrónimos

AE – Aprendizagens Essenciais
AEJM – Agrupamento de Escolas João de Meira
ASE - Ação Social Escolar
BE – Biblioteca Escolar
CAA - Centro de Apoio à Aprendizagem
CDT - Conselho de Diretores de Turma
CG – Conselho Geral
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CPPA – Clubes, Projetos, Programas e Atividades
CT – Conselho de Turma
DAC - Domínio de Autonomia Curricular
DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DT – Diretor de Turma
EE – Encarregado de Educação
EFA – Educação e Formação de Adultos
EMAEI - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
EMRC - Educação Moral e Religiosa Católica
MAIA – Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica
MAIS - Mentoria, Apoio e Integração para o Sucesso
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Plano Anual de Atividades
PADDE - Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas
PASEO - Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
PE – Projeto Educativo
PEI - Plano Educativo Individual
PLNM - Português Língua Não Materna
PNA – Plano Nacional das Artes
PNC – plano Nacional de Cinema
PNL – Plano Nacional de Leitura
PT – Plano de Turma
PTT – Professor Titular de Turma (1.º Ciclo)
SPO – Serviço de Psicologia e Orientação
RI – Regulamento Interno

RTP - Relatório Técnico-Pedagógico

SADD - Secção de Avaliação do Desempenho Docente

TNI – Trabalho a Nível Individual

UAARE – unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola

INTRODUÇÃO

“Nenhum projeto é viável se não começa a ser construído desde já: o futuro será o que começamos a fazer dele no presente.”

Içami Tiba

O presente Projeto Educativo (PE) do Agrupamento de Escolas João de Meira (AEJM) deve ser entendido como um documento de orientação educativa para um universo único e num ciclo de três anos letivos: 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026.



[Imagem 1] – Ambiente de trabalho

O PE é o verdadeiro plano estratégico e organizacional da Escola (Afonso *et al*, 1999), construído de forma partilhada, realista, motivadora e avaliável, no sentido de poder ser melhorado (Albalat, 1989) e onde se define toda a orientação da ação educativa e de toda a atividade escolar. Segundo Costa (1991, p. 10), o PE é o documento de carácter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola e, nesse sentido, define o quadro de operacionalização do projeto de gestão no âmbito da autonomia e a sua orientação educativa.

Com base num cenário global e num plano de longo prazo, com este PE pretende-se:

- adotar os princípios, visão e valores referidos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e, assim, promover a aposta na mudança das práticas pedagógicas procurando garantir que com autonomia e flexibilidade [curricular] se alcancem aprendizagens relevantes e significativas para todas as crianças e jovens;

- ter como referência o projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA) com o propósito de contribuir para melhorar as práticas pedagógicas do agrupamento e dos seus professores, no domínio da chamada avaliação das aprendizagens;

- fazer face à transformação digital em curso (Programa de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas - PADDE) e estabelecer como prioridade a integração das tecnologias digitais nas suas rotinas, tanto em contexto pedagógico como organizacional e tecnológico;

- refletir nos planos de atividades plurianual e anuais, iniciativas transversais e enquadradoras de uma visão comum para a Humanidade;

- incluir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 da ONU e cumprir as respetivas metas relativas à Educação;

- prever as necessidades socioeconómicas de 2030 e desenvolver uma matriz conceitual de aprendizagem capaz de responder a duas questões centrais.

“Que conhecimentos, capacidades, atitudes e valores os alunos de hoje precisarão para prosperar e transformar positivamente o mundo? Como podem os sistemas educativos desenvolver esses conhecimentos, capacidades, atitudes e valores de forma eficaz?”

OCDE, 2018, p. 1, 2

Relativamente à articulação entre o PE e outros instrumentos de gestão, considera-se o seguinte:

- o Regulamento Interno (RI) serve de regulação e funcionamento da escola;

- o Projeto Curricular de Escola articula o currículo nacional com as especificidades da Escola, dos alunos e as características do meio (Roldão, 1999, p. 44);

- os Planos de Atividades Plurianual e Anuais operacionalizam a ação educativa;

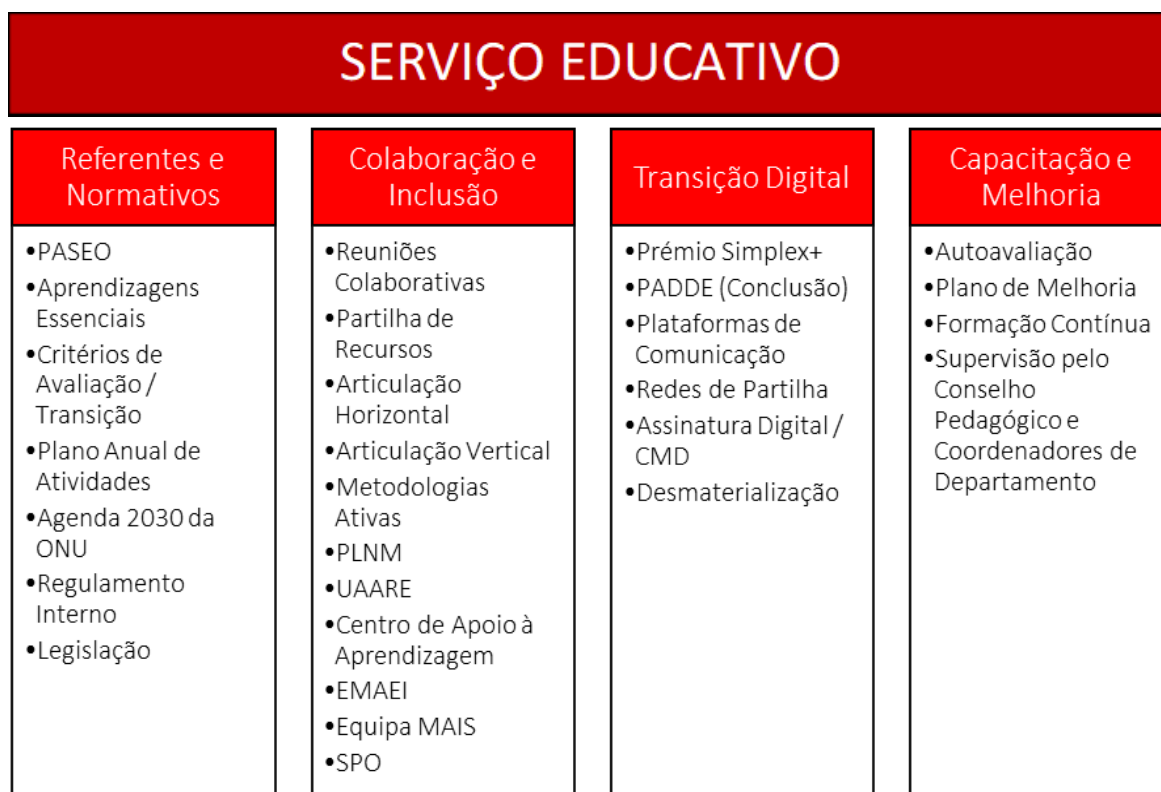
- os Relatórios Anuais de Atividades avaliam a consecução das atividades efetivamente realizadas e a pertinência dos recursos utilizados;

- o Relatório de Autoavaliação procede à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no PE e avaliará as ações desenvolvidas na escola (Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril).

Contudo, a implementação e avaliação do PE não se concretizam sem uma liderança assertiva e ressonante (Goleman et al, 2002), capaz de gerar emoções e alimentar o entusiasmo das lideranças intermédias e, ainda, ser capaz de mobilizar diferentes atores, promovendo uma participação abrangente para a concretização dos objetivos. Assim, a liderança ressonante será uma liderança partilhada com as outras lideranças intermédias, numa perspetiva de cooperação e colaboração, no âmbito de um projeto comum que servirá de referência para todos. Nesta conjuntura, o Agrupamento torna-se numa organização com vida própria, que se constrói ao longo da sua própria história, em contextos variáveis e com diversos atores. A liderança será o núcleo gerador da ação que garante um rumo comum e define novos caminhos que se devem percorrer para responder, quer às exigências atuais, quer aos desafios futuros da sociedade. Assim, as lideranças devem conjugar esforços no sentido de a escola ser uma verdadeira comunidade de aprendizagem, onde todos aprendam mutuamente e corroborem para a aquisição da autonomia individual e coletiva (Oliveira, 2018). Segundo Ferreira *et al* (2015, p. 69), “a liderança escolar é um processo que se (re)constrói na comunicação e na relação com o outro, de forma crítica, interpelativa, dialógica”, que deve ser encarada como um exercício complexo e cultivada a todos os níveis e ao longo do tempo (Fullan, 2003).

A autonomia da Escola é outro tema que entronca na liderança escolar e de indubitável importância, pois sem ela é impossível imaginar o funcionamento democrático da organização escolar e a sua adaptação à especificidade dos seus alunos e das suas comunidades de pertença, isto é, uma efetiva capacidade de definir normas, regras e tomar decisões próprias (Barroso, 2004, p. 49). Todavia, a autonomia exige o desenvolvimento de competências de gestão e formas explícitas de liderança geradoras de uma envolvência coletiva (Barroso, 1999, p. 130). Como se pode constatar em Azevedo *et al* (2011, p. 15), a autonomia e a liderança são dois elementos fortes indispensáveis ao desenvolvimento e afirmação das escolas e ao aprofundamento de projetos que respondam aos interesses das pessoas e às necessidades das comunidades.

Neste PE está explícita a melhoria da qualidade do serviço educativo e, nesse sentido, deverão ser criadas condições para se proceder à sua implementação, monitorização e avaliação. Com estes três vetores de atuação abre-se o caminho e a oportunidade para, se necessário, redefinir a visão orientadora da ação, possibilitando a criação de um novo caminho que estimule a mudança da vivência atual para o futuro ambicionado.



[Imagem 2] – Serviço educativo (Processo).

Reconhece-se que, quer para a Escola, quer para a sociedade, o futuro será incerto e difícil prever, no entanto, as crianças e jovens de hoje devem ser preparados para tal, designadamente, para tipologias de trabalho que ainda não existem, para utilizar tecnologias que ainda não foram inventadas ou até para resolver problemas que ainda não são conhecidos. Para navegar por essa incerteza e alcançar os seus objetivos, as crianças e jovens de hoje precisarão de desenvolver a curiosidade, a imaginação, a resiliência e o autocontrolo (Schleicher, 2018, p. 2).

Diante de um mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo, a Escola pode fazer a diferença na vida das crianças e jovens, se estes forem preparados para os desafios com os quais serão confrontados, nomeadamente, na defesa do meio ambiente e no contributo individual para o desenvolvimento socioeconómico da comunidade.

Este é um tempo caracterizado por uma evolução extraordinária do conhecimento científico, mas também por uma variedade crescente de problemas sociais complexos, por isso, é necessário que os currículos continuem a evoluir e projetem o desenvolvimento de competências importantes num futuro próximo, quer competências básicas (literacia, numeracia e competências digitais), quer competências cívicas, tais como, a resolução de problemas, o pensamento crítico, a criatividade, a resiliência, o trabalho em equipa, a inteligência emocional, a tomada de decisão, a negociação e a flexibilidade cognitiva. Todavia, o PE tem em consideração um perfil final para um percurso curricular, em que cada competência, a adquirir por todos, deverá ser equacionada e trabalhada tendo em conta contextos históricos, sociais, culturais, tecnológicos e científicos de cada situação, como um caminho curricular e pedagógico-didático de construção de equidade, pela aproximação máxima de todos os aprendentes aos patamares curriculares comuns reconhecidos como essenciais (Roldão, 2003; Rodrigues, 2003; Sousa, 2010).

A elaboração do PE teve como base os documentos de referência “Aprendizagens Essenciais” (AE) e “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (PASEO), seguindo as orientações da legislação em vigor, nomeadamente os Decreto-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, de 6 de julho, que preconizam a construção da educação inclusiva que promova o sucesso educativo e, conseqüentemente, a igualdade de oportunidades para todos. Além destes documentos e normativos legais, é de referir que a fundamentação deste PE reside não só no Projeto de Intervenção do Diretor do Agrupamento e respetiva Carta de Missão, bem como nos resultados do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento, que advém de uma consulta à comunidade educativa, e ainda nas linhas orientadoras dos seguintes referentes da Europa: 17 ODS, propostos pela ONU (Agenda 2030), “Bússola de Aprendizagem” do projeto *Education 2030: The Future of Education and Skills*, instituído pela OCDE, e “Agenda Digital 2030”, da Comissão Europeia.

Este PE encontra-se organizado em três grandes estruturas. Em primeiro lugar, apresenta-se o **contexto local** nas vertentes geográfica, económica, social e cultural do AEJM e a sua caracterização relativamente à organização e funcionamento administrativos e pedagógicos. De seguida, explicita-se a **conceção estratégica**, à qual estão subjacentes os ideais de excelência e inovação do ensino e da aprendizagem com a preocupação de criar uma escola de qualidade para todos, numa visão alicerçada na inclusão, bem-estar e felicidade de cada um, e numa maior dimensão de internacionalização e globalização do processo e desempenho educativos de todos os seus agentes, que apoiam o cumprimento do desafio que é proposto a este universo educacional. Finalmente, descreve-se o **plano estratégico**, onde estão refletidos os objetivos e as estratégias que vão permitir atingir as metas que se quer alcançar, plano esse acompanhado de uma monitorização constante, de modo a ajustar as suas ações concretas.

O PE apresenta três grandes áreas de ação - **Aprender, Incluir e Comunicar** – com o lema “Viver o presente, projetar o Futuro”, pretendendo transformar os problemas em oportunidades, numa perspectiva de mais e melhor articulação vertical e horizontal, cimentada em valores transversais de democracia, humanismo e sustentabilidade, apostando, cada vez mais, na transição para a era digital.



[Imagem 3] - European Framework for the Digital Competence of Educators: DigCompEdu (1)''

Apresenta-se, ainda, como um projeto virado para o futuro com a ambição de ultrapassar os desafios do mundo moderno, global e digital.

Este “admirável mundo novo”, que se nos apresenta complexo, imprevisível e desafiante, vive conosco todos os dias, no nosso quotidiano, influenciando as nossas vivências. O futuro está aí, ao virar da esquina, porque, embora com fortes raízes no presente, o futuro é hoje e necessita de ser pensado e construído agora.

Finaliza-se esta introdução com as palavras admiráveis de Sebastião da Gama, que, já na primeira metade do século XX, nos refere concepções e metodologias pedagógicas tão atuais.

O que eu quero principalmente é que vivam felizes.

Não lhes disse talvez estas palavras, mas foi isto o que eu quis dizer. No sumário, pus assim: «Conversa amena com os rapazes».

E pedi, mais que tudo, uma coisa que eu costumo pedir aos meus alunos: Lealdade. Lealdade para comigo e lealdade de cada um para outro. Lealdade que não se limita a não enganar o professor ou o companheiro: Lealdade activa, que nos leva, por exemplo, a contar abertamente os nossos pontos fracos ou a rir quando temos vontade (e então rir mesmo, porque não é lealdade deixar então de rir) ou a não ajudar falsamente o companheiro.

«Não sou, junto de vós, mais do que um camarada um bocadinho mais velho. Sei coisas que vocês não sabem, do mesmo modo que vocês sabem coisas que eu não sei ou já esqueci. Estou aqui para ensinar umas e aprender outras. Ensinar, não, falar delas. Aqui e no pátio e na rua e no vapor e no comboio e no jardim e onde quer que nos encontremos.»

Não acabei sem lhes fazer notar que «a aula é nossa». Que a todos cabe o direito de falar, desde que fale um de cada vez e não corte a palavra ao que está com ela.

Sebastião da Gama, *in Diário*, 1949

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Localizado na cidade de Guimarães, uma cidade histórica no norte de Portugal, o AEJM tem uma localização privilegiada no concelho, encontrando-se circundado por uma paisagem marcada pela montanha da Penha e pela presença de pequenos cursos de água. O concelho de Guimarães está localizado a Norte (NUT II) no Vale do Ave (NUT III), numa área de cerca de 240,95 Km², constituído por uma população de cerca de 156 830 habitantes (Censos 2021) distribuídos por 48 freguesias. Em termos de características geográficas e demográficas, Guimarães é um município diversificado que abrange áreas urbanas e rurais, estando o AEJM inserido na malha urbana do concelho.



[Imagem 4] – PORDATA (Estatísticas, gráficos e indicadores de Guimarães).

É uma região altamente industrializada, com uma forte presença do setor secundário, representado maioritariamente pela indústria têxtil. Por outro lado, os setores primários (agricultura) e terciário (serviços) têm uma participação menor. Embora se tenha registado uma evolução positiva, o nível de instrução da população de Guimarães continua relativamente baixo, já que apenas 37,2% da população concluiu o ensino secundário. A mão-de-obra disponível é predominantemente jovem, com grande participação feminina e, em geral, com baixa qualificação.

Guimarães, frequentemente intitulada de "Cidade Berço" devido ao seu crucial papel na fundação de Portugal, recebeu vários reconhecimentos e prémios ao longo dos anos: Património Mundial da UNESCO, em 2001 - o Centro Histórico de Guimarães foi classificado como Património Mundial da UNESCO, reconhecendo a importância histórica da cidade e sua preservação arquitetónica; Capital Europeia da Cultura, em 2012; Prémio Cidade Europeia do Desporto, em 2013, reconhecendo os seus esforços para promover a prática desportiva e a atividade física entre os seus cidadãos; Prémio Município do Ano Portugal 2014 – pela promoção do desenvolvimento sustentável, bem como pela sua qualidade de vida e dinamismo económico; Prémio RegioStars 2017 – concedido pela União Europeia na categoria de "Crescimento Sustentável: Cidades em Transição".

Como se percebe, Guimarães é um excelente exemplo da capacidade de conciliar o passado, o presente, perspetivando sempre o futuro, sendo que esta abordagem equilibrada tem permitido a Guimarães manter a sua identidade única como uma cidade histórica, enquanto abraça o presente e o futuro com inovação e vitalidade.

In <https://www.cm-guimaraes.pt/enquadramento-geografico>

1.1 - Patrono



[Imagem 5] – Arquivo digital da Casa de Sarmento.

A 31 de julho de 1881, na Rua D. João I, junto ao Largo do Tournal, em Guimarães, nasceu uma criança de nome João. Filho de Joaquim, médico, e de Adelaide, doméstica.

O menino cresceu e foi para a escola, para o colégio de São Dâmaso, onde agora é a Pousada de Santa Marinha da Costa. João gostava bastante de ler e escrever e, na escola, alcançou excelentes resultados, concluindo os estudos primários e liceu numa época em que ainda poucos vimaranenses frequentavam a escola.

O pai, médico, motivou-o para frequentar o curso preparatório médico-cirúrgico, primeiro na Academia Politécnica do Porto e depois na Escola Politécnica de Lisboa. Posteriormente, voltou ao Porto para completar o curso na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Mais uma vez, mostrou-se bom aluno tendo acabado o curso com nota média de 16 valores, numa escala de 20. Contudo, João destacou-se pela apresentação do trabalho final, a dissertação, obtendo nota máxima, 20 valores. Este trabalho consistiu num estudo sobre uma doença que assolava a população do norte de Portugal, em particular a região do Minho e a sua terra natal, Guimarães. A direção da Escola Médico-Cirúrgica do Porto reconheceu a sua enorme sabedoria científica e cultura literária e, por isso, convidou o recém-formado Dr. João para ser professor nessa instituição de ensino superior.

Porém, o Dr. João foi muito mais que professor e médico; também foi historiador, escritor e cronista. Escrevia para os jornais e revistas locais. Tinha o prazer de imitar alguns escritores clássicos e outros da sua época compondo pastiches de Luís de Camões, Fernão Lopes, Bocage, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Gil Vicente, António Nobre, Sá de Miranda, Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Cesário Verde ou Arthur Conan Doyle, entre outros.

De ofício, foi médico e professor de medicina e exerceu as funções de diretor da Morgue do Porto. Foi também um escritor de largos recursos cujos limites nunca chegámos a conhecer, já que a morte o levou demasiado cedo.

Com cerca dos 30 anos ficou doente e foi sofrendo de uma doença que parecia incurável. O Dr. João morreu a 25 de setembro de 1913, com 32 anos de idade, na casa de família em Gominhães, onde teve honra de sepultura na capela local.

Morreu bastante novo mesmo para a época em que a esperança média de vida era baixa. Não obstante, deixou uma vasta obra em diversas áreas do saber. Desaparecia, assim, uma das inteligências mais acutilantes e uma das almas mais nobres da cidade de Guimarães do seu tempo. Permanece na lembrança de todos os vimaranenses e eterniza-se para memória futura.

Poucas vezes, como no seu caso, se terão reunido no cérebro dum homem os conhecimentos e as aptidões, aparentemente mais antagónicas. Ia quasi dizer que o literato e o professor reciprocamente se contrariavam.

[...]

Quando isso se fizer, o nome do meu querido companheiro reviverá na devoção enterneçada das almas que amam a beleza, e, de novo, sobre o nosso passado distante, há-de cair serenamente uma luz muito pura, como se o seu espírito voltasse para junto de nós, a animar, outra vez, as nossas conversas e a participar do ardor dos nossos entusiasmos.

João Costa, 1921
In Revista de Guimarães, n.º 31

1.2 - Caracterização do Agrupamento

O AEJM foi formado em 2003 e é constituído por três estabelecimentos de ensino:

- EB1/JI de São Roque, situada numa zona mais periférica da cidade, foi criada no ano letivo de 1959/1960 e pertence à freguesia da Costa;

- EB1 de Oliveira do Castelo, pertencente à atual União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, localizada numa área mais urbana da cidade, foi fundada no ano letivo de 1972/1973;

- EB2/3 Professor João de Meira, sendo a sede do agrupamento, situa-se na freguesia da Costa, zona urbana, e foi fundada no ano letivo de 1968/1969, sendo esta escola ainda associada ao Estabelecimento Prisional de Guimarães, de modo a assegurar as necessidades educativas dos cursos de Educação e Formação de Adultos;

- que possuem cantina com confeção concessionada de refeições; a EB1/JI de São Roque possui biblioteca escolar e um amplo espaço exterior coberto que permite a dinamização de atividades ao ar livre, como aulas de educação física, mesmo em condições atmosféricas mais adversas; a EB1 de Oliveira do Castelo dispõe de uma espaçosa biblioteca, de um ginásio gimnodesportivo e um amplo espaço exterior; a EB2/3 Professor João de Meira recebeu uma profunda reestruturação em 2011 e goza de um espaço exterior amplo e com locais rodeados por árvores e diferentes espaços de recreio. No entanto, ficou pendente a construção da biblioteca da EB2/3 Professor João de Meira, a qual tem funcionado em instalações provisórias, apesar de em 2023 se encontrar a decorrer uma intervenção de ampliação e melhoramento destas mesmas instalações. Já o pavilhão gimnodesportivo da EB2/3 foi igualmente requalificado em 2010 e em 2015, havendo necessidade de nova intervenção. Portanto, encontram-se, no presente momento, dois projetos da Câmara Municipal para a construção de uma nova biblioteca escolar com auditório e um novo pavilhão desportivo;

- e ao longo dos anos, os três estabelecimentos de ensino têm sido intervencionados a fim de manter o bom estado de conservação dos edifícios e melhorar os espaços escolares.

O AEJM:

- tem o nome do seu patrono, João Monteiro de Meira, personalidade vimaranense relevante na vida cultural e científica da região;

- tem contrato de associação com o Conservatório de Música de Guimarães, no âmbito do Ensino Artístico (articulado);

- celebrou contrato de autonomia com o Ministério da Educação e Ciência, em 30 de janeiro de 2014, que tem por objetivo o desenvolvimento da equidade, da qualidade, da eficácia e da eficiência e assenta no pressuposto de que a escola constitui um serviço responsável pela execução local da política educativa nacional e é prestadora de um serviço público de especial relevância;

- é parceiro UAARE – Unidade de Apoio ao Alto Rendimento Escolar;

- tem oferta educativa desde a educação pré-escolar até ao 3.º Ciclo do ensino básico e ainda a oferta de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), no Estabelecimento Prisional de Guimarães;

- tem sala do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) na EB1 Oliveira do Castelo e outra na EB2/3 Professor João de Meira;

- para além dos protocolos e parcerias estabelecidos, o Agrupamento preserva uma relação de proximidade e colaboração estreita com as três Associações de Pais e Encarregados de Educação;

- é local de trabalho de 2 educadoras de infância, 121 professores, 2 psicólogas, 8 assistentes técnicos e 39 assistentes operacionais;

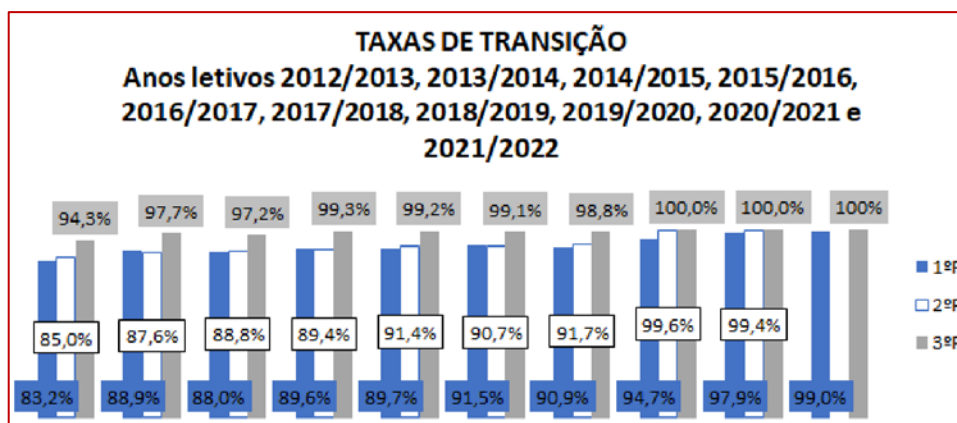
- tem área de intervenção pedagógica enquadrada numa malha urbana que abrange território pertencente a quatro freguesias do centro da cidade de Guimarães, na qual reside uma população a rondar os 20 000 habitantes.

Compreende-se, assim, que só com o envolvimento próximo de toda a comunidade educativa (alunos, professores, assistentes técnicos, assistentes operacionais, técnicos superiores, encarregados de educação e responsáveis de instituições da comunidade local) é possível que o AEJM consiga continuar a alcançar os níveis elevados de bom desempenho escolar, continuando a destacar-se, como sempre, pela a sua importância na comunidade local e pelo seu compromisso com a educação.

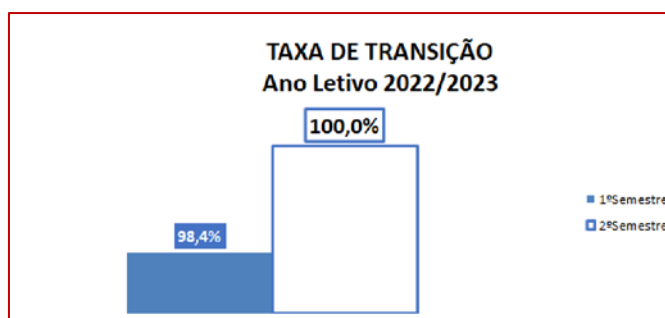
1.3 - Caracterização da População Escolar e Resultados Acadêmicos

Alunos	Rapazes	Repetentes	Em apoio	Estrangeiros	PLNM	NEE	CEI	ASE A	ASE B	
1126	565	0	91	69	18	35	7	61	79	
Unidade Orgânica										
Escolas	Turmas	Docentes	Currículos	Creche/Prê	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	EFA	Profissional
3	52	117	4	25	410	255	436	0	28	0

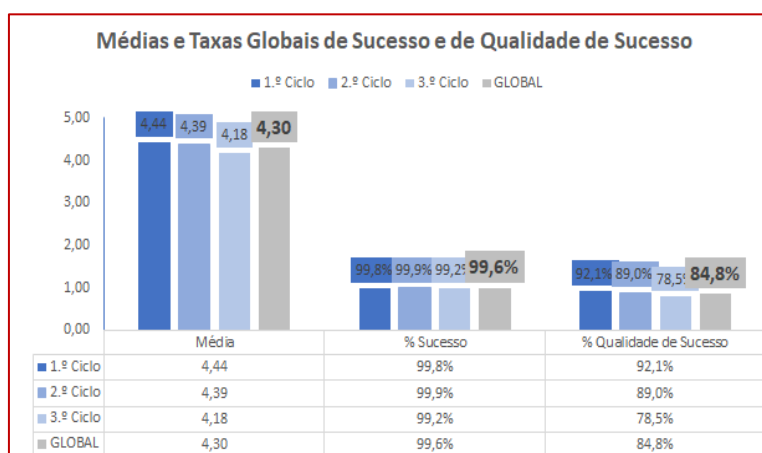
[Imagem 6] – Dashboard do Inovar Alunos.



[Imagem 7] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Taxas de transição comparadas).

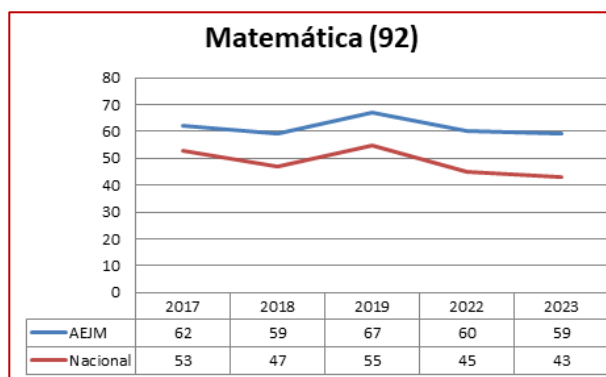
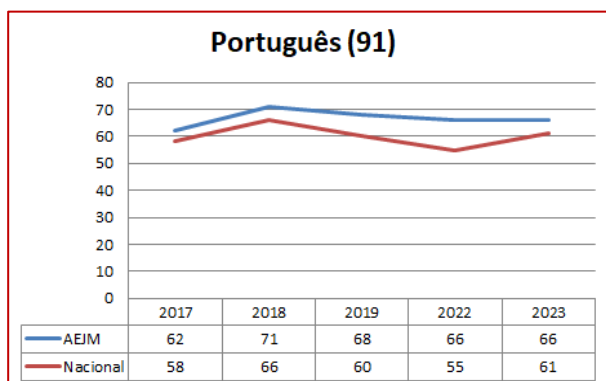


[Imagem 8] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Taxa de transição).



[Imagem 9] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Médias e taxas de sucesso e de qualidade do sucesso).

Avaliação Externa – Resultados da Provas Finais do 9.º Ano de Escolaridade



[Imagem 10] – Relatório de estatística de 2023/2023 (Avaliação externa).

A excelência dos resultados alcançados não inibe, porém, a procura de novas oportunidades e abraçar novos desafios para rentabilizar as nossas forças e ultrapassar as nossas fraquezas, transformando-as em áreas de melhoria:

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade de adaptação e resiliência dos elementos da comunidade educativa. 2. Trabalho colaborativo entre professores. 3. O recurso a meios informáticos e a plataformas digitais. 4. As práticas de metodologia de projeto. 5. Maior abertura à inovação pedagógica. 6. A melhoria da articulação: <ul style="list-style-type: none"> - interdisciplinar, nomeadamente ao nível dos DAC e de atividades no âmbito do PAA; - entre as diferentes equipas/projetos/programas/clubes da escola, bem como as parcerias com entidades locais; - vertical, designadamente a “Semana de articulação” entre o 4.º ano de escolaridade e o 2.º Ciclo. 7. Atribuição de uma sala por turma. 8. Diminuição de conflitos com o desfasamento de horários entre os 2.º e 3.º ciclos. 9. Resultados académicos (quer ao nível da avaliação interna, quer ao nível da avaliação externa) e a qualidade do sucesso. 10. Diversificação dos instrumentos de avaliação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de aquecimento nas salas (escola sede). 2. Condições de luminosidade em algumas salas. 3. Necessidade de existir um funcionário que preste apoio aos laboratórios. 4. Mau funcionamento de alguns projetores e outros equipamentos informáticos. 5. Necessidade de acesso facilitado aos comandos dos projetores. 6. Comunicação interna (necessidade de otimizar a comunicação relativa às atividades propostas pelas diferentes estruturas/equipas educativas). 7. Necessidade de melhorar a articulação curricular entre anos/ciclos e escolas. 8. Falta de regularidade e sistematização dos apoios pedagógicos. 9. Reduzido crédito horário disponibilizado para serviço de coadjuvação por professores. 10. Necessidade de melhorar os espaços exteriores para atividades lúdicas dos alunos.

<p>11. Momentos de avaliação formativa, de autorregulação e autoavaliação.</p> <p>12. Integração dos projetos e programas no currículo, possibilitando a inclusão e participação de todos.</p> <p>13. Maior valorização da participação dos alunos em atividades, programas, projetos e clubes;</p> <p>14. Promoção da autonomia, organização e responsabilidade dos alunos.</p> <p>15. Existência de salas equipadas com computadores e acesso à internet, bem como de salas TIC móvel.</p> <p>16. O elevado grau de satisfação com o desempenho dos departamentos/subdepartamentos.</p> <p>17. A preocupação crescente com a sustentabilidade, desenvolvendo projetos no âmbito dos 17 ODS da ONU.</p> <p>18. O grau de satisfação com o desempenho de assistentes operacionais e assistentes técnicos.</p> <p>19. O elevado grau de satisfação com o desempenho dos diretores de turma.</p> <p>20. Acreditação Erasmus+.</p> <p>21. Promoção da educação inclusiva.</p>	<p>11. Aumento da insatisfação com serviços como a cantina, as casas de banho e a sala do aluno.</p> <p>12. Grau de insatisfação do pessoal não docente com o desempenho da direção.</p> <p>13. Regime semestral.</p> <p>14. Falta de recursos humanos (docentes e não docentes) adequados às especificidades e número de alunos que frequentam o CAA.</p>
--	--

[Tabela 1] – Relatório de autoavaliação (Forças e fraquezas).

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>1. Formação de professores na área da inclusão, da autonomia e da flexibilidade curricular.</p> <p>2. Condições socioeconómicas da maioria dos alunos.</p> <p>3. Localização do Agrupamento com meio envolvente que permite fácil acesso a atividades culturais, de lazer e de contacto com a natureza.</p> <p>4. Possibilidade de articulação e de estabelecer parcerias com a autarquia e entidades locais.</p>	<p>1. Resistência a novas práticas pedagógicas e de avaliação por parte de alguns professores, alunos e encarregados de educação.</p> <p>2. Burocratização.</p> <p>3. Insatisfação dos docentes e não docentes com a tutela, o que tem motivado greves recorrentes.</p> <p>4. Falta de um espaço físico para a biblioteca, com computadores e recursos materiais adequados às funções/atividades a desenvolver.</p>

5. Certificação Erasmus+ como uma porta de abertura da escola para a globalização.	5. Condições do pavilhão gimnodesportivo e balneários.
6. Auscultação aos professores relativamente às suas preferências de horários atendendo, sempre que possível, à sua pretensão de um dia sem componente letiva, como forma de promover a felicidade e bem-estar docente.	6. Modelo e critérios de recrutamento de pessoal docente, que tornam insuficientes os recursos humanos para coadjuvações e para prestar apoio individualizado aos alunos.

[Tabela 2] – Relatório de autoavaliação (oportunidades e ameaças).

1.4 - Recursos Humanos e Físicos

1.4.1 - Recursos Humanos

Situação Profissional (Pessoal Docente)	Educação Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Educação Especial
Quadro de Escola	2	20	18	45	6
QZP	0	4	13	6	2
Contratados	0	4	1	1	1

[Tabela 3] – Recursos humanos (Pessoal docente).

Situação Profissional (Pessoal Não Docente)	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
Quadro de Escola	1	8	39
Contratados	1	-	-

[Tabela 4] – Recursos humanos (Pessoal não docente).

1.4.2 - Recursos Físicos

Escola	EB1 Oliveira do Castelo	EB1/JI São Roque	EB2/3 Professor João de Meira
Gabinete de direção	1	-	1
Secretaria	-	-	1
Sala de professores	1	1	1
Sala de diretores de turma / PTT	-	-	1
Sala de pessoal não docente	1	1	1
Laboratórios	1	-	5
Salas de aula	14	5	34
Sala “UAARE”	-	-	1
Gabinete MAIS ¹	-	-	1
Gabinete SPO ²	-	-	1

Sala de Centro de Apoio à Aprendizagem	1	-	1
Biblioteca	1	1	1 ³
Sala TIC	-	-	2
Gabinete de coordenação de assistentes operacionais	-	-	1
Reprografia	1	-	1
Papelaria	-	-	1
Bar para professores	-	-	1
Bar para alunos	-	-	1
Cozinha	1	1	1
Refeitório	1	1	1
Pavilhão gimnodesportivo	1	-	1
Polidesportivo ao ar livre	-	1	-
Balneários	2	3	6
WC alunos	18	7	39

[Tabela 5] – Recursos físicos.

¹ Mentoria, Apoio, Integração e Sucesso

² Serviços de Psicologia e Orientação

³ Instalações provisórias

1.5 - Parcerias

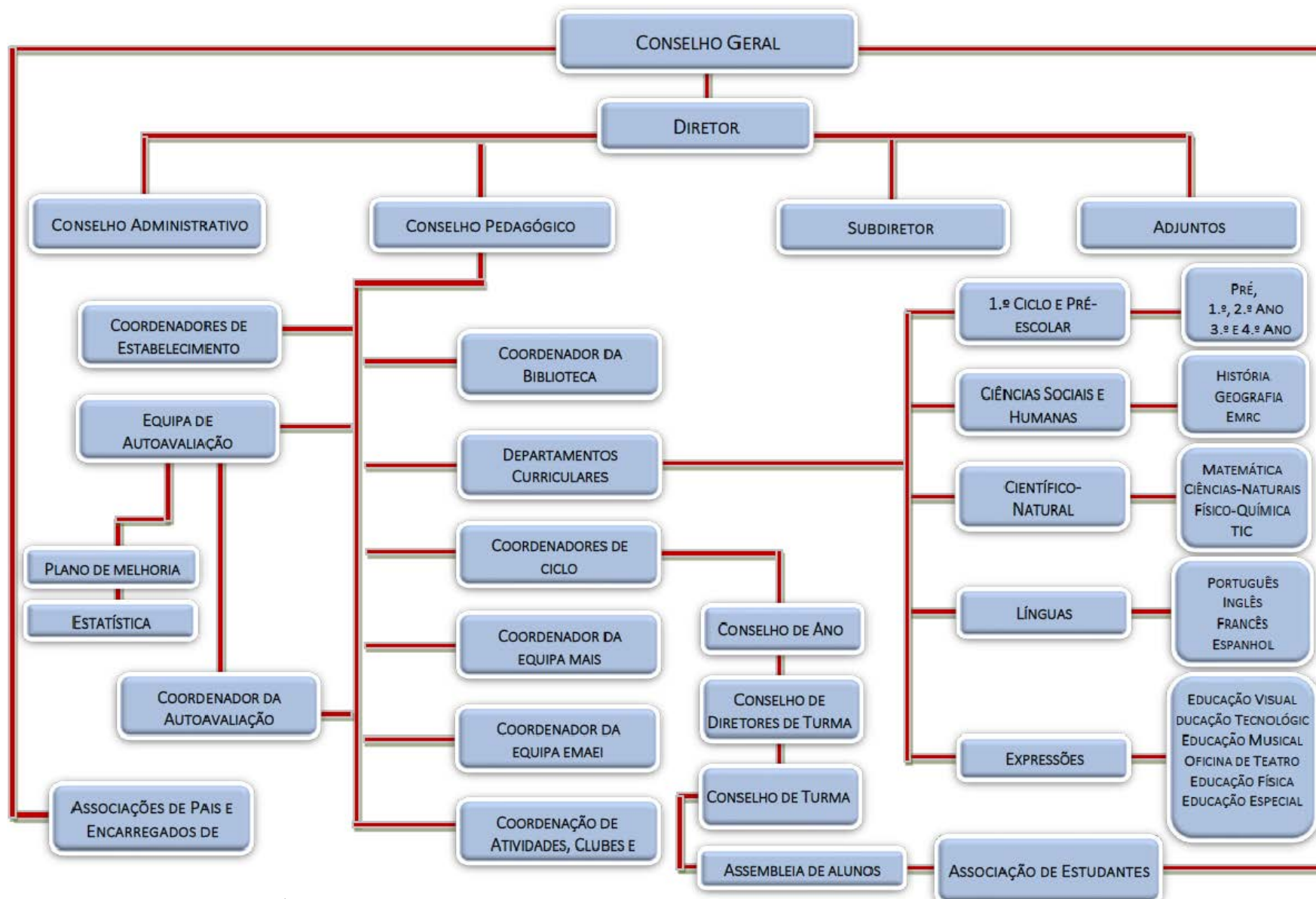
Alliance Française	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (CERCIGUI)
Agência Nacional Erasmus+	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Guimarães
Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação (ANEIS)	Estabelecimento Prisional de Guimarães
Biblioteca Raúl Brandão	Instituto de Emprego e Formação Profissional
Bombeiros Voluntários de Guimarães	Junta da União de Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião
Câmara Municipal de Guimarães	Junta de Freguesia da Costa
Canil Municipal de Guimarães	Lar de Santa Estefânia
Casa da Juventude de Guimarães	Museu Alberto Sampaio
Casa de Apoio à Criança	PSP Escola Segura
Centro Ciência Viva	Rede de Bibliotecas Escolares
Centro de Formação Francisco de Holanda	Rede Nacional de Escolas UAARE
Centro de Formação Martins Sarmiento	Resinorte
Centro de Saúde de Guimarães	Sociedade Martins Sarmiento
Centro Hospitalar do Alto Ave	Sociedade Musical de Guimarães
Centro Juvenil de S. José	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Centro Protocolar de Justiça	Universidade do Minho
Comunidade Intermunicipal CIM do Ave	Vitória Sport Clube

[Tabela 6] – Parcerias.



[Imagem 11] – Parcerias (Assinatura de correio eletrónico e folha timbrada).

1.6 - Organização Administrativa e Pedagógica



[Imagem 12] – Organigrama do Agrupamento.

1.7 - Representação dos Alunos

A representação dos alunos desempenha um papel fundamental no PE de qualquer agrupamento de escolas. Assim, o AEJM pretende que os alunos detenham uma voz ativa nas decisões que afetam as suas vidas e educação, promovendo-se, desde cedo, a democracia, a participação cívica, o envolvimento nas decisões educativas e no próprio funcionamento do Agrupamento. Para tal, no início de cada ano letivo, procede-se à eleição dos delegados e subdelegados de cada turma; realizam-se assembleias de delegados de turma e de alunos; elege-se, na EB2/3 Professor João de Meira, uma associação de estudantes que permite estabelecer uma ligação entre as estruturas pedagógicas do Agrupamento e os alunos, promovendo e participando em atividades desenvolvidas para e pela comunidade educativa.

1.8 - Representação dos Pais e Encarregados de Educação

Os Pais e Encarregados de Educação encontram-se representados nas três Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE) existentes em cada escola do Agrupamento, sendo basilares para criar uma ligação forte entre a escola e a comunidade, promover uma educação de qualidade e garantir que as necessidades dos alunos são atendidas. Tendo em conta as especificidades de cada escola, as respetivas APEE promovem múltiplas atividades que vão ao encontro das necessidades da comunidade educativa onde se inserem, sendo as três associações muito ativas, entusiastas e empenhadas na defesa dos interesses dos seus educandos.

A premência da aproximação dos Encarregados de Educação ao AEJM, levando-os a participar ativamente, quer no desenvolvimento de atividades educativas, quer na partilha de tomada de decisões fundamentais para a vida escolar. Esta proximidade é conseguida com a eleição anual em assembleia, de dois representantes dos encarregados de educação por turma, de forma a ser garantida a sua representatividade e mantido um ambiente de colaboração em que ambas as partes trabalham para o sucesso, a felicidade e o bem-estar das crianças.



[Imagem 13] – Associações de pais e encarregados de educação (Facebook).

2. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO PROJETO EDUCATIVO

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram.”

Jean Piaget

A educação desempenha, num mundo em constante evolução, um papel central na preparação das gerações futuras para os desafios e oportunidades que enfrentarão. No centro de qualquer instituição de ensino está a sua visão estratégica, um guia que orienta a sua jornada, define os seus objetivos e molda a experiência educacional dos alunos. O PE é um documento construído para uma realidade muito particular e concreta. É neste documento que se delinea uma Visão inspiradora e clara do que se deseja alcançar, a Missão que descreve o propósito da escola, e os Princípios e Valores que fundamentam as práticas educativas, contribuindo para o crescimento e a excelência continuada da comunidade educativa.

2.1 – Visão

A complexidade dos tempos resultante de uma globalização acelerada e de rápidos avanços científico-tecnológicos, impõe uma readaptação constante da sociedade. Também na área da Educação essa readaptação tem sido feita, mas com enorme esforço por parte das comunidades educativas, que vão procurando soluções para novas solicitações ou para superar novos problemas. Ponderando não só os desafios que hoje se colocam à Escola, mas também as oportunidades existentes, subsiste a vontade de, oferecendo um percurso de rigor e qualidade, continuar a prestigiar a qualidade do serviço educativo do AEJM, através de uma participação alargada da comunidade educativa na consecução da sua maior missão, a de garantir o acesso à Educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015) e, com isso, ajudar a formar cidadãos responsáveis e ativos, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e defesa do meio ambiente, visão esta sempre entremeada com uma visão cada vez mais internacional da Educação.

2.2 – Missão

O AEJM deverá oferecer a todas as crianças e jovens um ambiente favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento das competências essenciais dos futuros cidadãos ativos, quer para o prosseguimento de estudos, quer para o desenvolvimento de um perfil pessoal saudável, com princípios democráticos e repleto de valores morais e éticos (humanistas).

Com o desígnio de contribuir positivamente para a implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e num contexto condizente com a sociedade global, digitalizada e ligada em rede, pretende-se desenvolver nas crianças e jovens competências necessárias para que assumam uma crescente responsabilidade para cuidarem de si, dos outros e do meio ambiente.

Também se pretende que sejam capazes de resolver problemas com soluções criativas e inovadoras e que, simultaneamente, sejam capazes de analisar criticamente as conclusões a que chegam.

O AEJM deve garantir qualidade do ensino e aprendizagens significativas que despertem o potencial de cada criança e jovem, contribuindo para que sejam felizes e capazes de adotar decisões livres, criteriosas e fundamentadas, sobre as suas vidas e o mundo que os rodeia.

“A Escola tem como propósito ser um instrumento de dignificação da pessoa humana e educar para a defesa da sustentabilidade do planeta, através da partilha dos valores da Liberdade; Responsabilidade; Integridade; Inclusão; Tolerância; Cidadania; Solidariedade; Participação; Curiosidade; Inovação e a Excelência.”

PASEO, 2017, p.11

Tornar esta missão possível pressupõe que haja, por parte da comunidade educativa, a real apropriação dos princípios, visão e valores do PASEO, referencial nuclear e de máxima relevância para se alcançar um serviço educativo de qualidade, e, assim, ser capaz de dotar todas as crianças e jovens com as ferramentas necessárias para uma inclusão ativa na sociedade do futuro.

Contudo, esta é uma missão desafiante perante a qual o AEJM não deve perder a sua essência, a de garantir um processo de ensino e de aprendizagem bem sequenciado, que promova o debate de ideias, a reflexão, a experimentação e a procura constante por novas soluções para novos desafios. Mais do que preparar para a memorização, sistematização ou trabalho individual, as crianças e jovens devem ser preparados para pensar em rede e usar a inteligência coletiva para agregar informação e transformá-la em conhecimento, que poderá servir de suporte ao desenvolvimento de competências essenciais e facilitadoras da sua integração na sociedade como cidadãos ativos. Também será importante que o AEJM promova a autorregulação e valorize o esforço e a resiliência das crianças e jovens num quadro de valores humanistas de referência, ensinando-os a lidar com os seus anseios, sucessos e frustrações.

Para tal, foram demarcados os pilares desta missão que são as três áreas de ação e os três eixos transversais. As áreas de ação são:

- **Aprender:** construção de uma escola de qualidade, com exigência e inovação;
- **Incluir:** garantia do direito de todos os alunos ao sucesso educativo;
- **Comunicar:** promoção da internacionalização do ensino e aprendizagem.

Os três eixos transversais são:

- Promoção da articulação vertical e horizontal;
- Aposta na transição para o digital;
- Desenvolvimento de valores de democracia, humanismo e sustentabilidade.

2.3 – Princípios e Valores

O Agrupamento centra a sua ação na aquisição de VALORES essenciais para uma educação de qualidade baseada numa cultura científica e humanista que prepare os alunos para um futuro repleto de oportunidades e realizações. Posto isto, o presente PE preconiza os seguintes princípios e valores:

- Autonomia e Responsabilidade;
- Conhecimento e Excelência;
- Ecologia e Sustentabilidade;
- Inclusão, Tolerância e Solidariedade;
- Inovação e Curiosidade;
- Participação, Cidadania e Liberdade.

2.4 – Perfis dos Agentes Educativos

Os agentes educativos desempenham papéis fundamentais na implementação e no sucesso das metas e objetivos estabelecidos no PE e representam diferentes partes interessadas, cuja colaboração eficaz é essencial para o sucesso e desenvolvimento absoluto dos alunos.

2.4.1 - Perfil do Aluno

O AEJM, consciente do PASEO e alinhado com a Missão, Visão, Princípios e Valores anteriormente referidos, pretende contribuir para a formação de indivíduos preparados para enfrentar o futuro com autonomia, responsabilidade, competência e solidariedade. Este perfil incorpora as seguintes características e atitudes:

- capacitado com habilidades de aprendizagem ao longo da vida, como a capacidade de aprender de forma autónoma, adaptando-se a novas situações;
- habilitado para aceitar pensamentos divergentes, outros lugares, formas de pensar, sendo consciente de si e do outro com o qual se contrapõe, respeitando-o e protegendo-o;
- preparado para alcançar uma cidadania ativa, num mundo global e digital, pleno de desafios;
- entrelaçando as novas competências (conhecimentos, capacidades, atitudes e valores) num quadro de referência humanista, global, inovador, modernizado, bilíngue, contribuindo para a construção de ambientes de aprendizagem geradores de felicidade e bem-estar;
- perspetivando a Escola como espaço privilegiado para o seu desenvolvimento absoluto.

2.4.2 - Perfil do Educador/Professor

O educador/professor deve procurar, permanentemente, a atualização dos seus conhecimentos, que seja um agente que atua sempre de acordo com as práticas pedagógicas estabelecidas pelo agrupamento, levando em consideração o interesse dos alunos e qual o melhor método para passar o conhecimento. Outras características importantes do educador/professor são:

- comprometido com o desempenho eficaz das suas funções;

- empenhado na busca e aprofundamento contínuos do conhecimento e rigor científico;
- fomentador de práticas de inclusão no seio do grupo/turma/equipa educativa e da escola;
- promotor do trabalho colaborativo e da criação de ambientes educativos facilitadores do processo de ensino e aprendizagem, da construção da autonomia, do pensamento crítico e da responsabilidade nos alunos;
- recetivo, quer ao diálogo com a comunidade educativa em que se insere, quer às necessidades e perspetivas do outro;
- reflexivo, crítico e ativo na abordagem à sua prática pedagógica;
- utilizador de variadas estratégias pedagógicas para responder aos diferentes desafios que lhe são colocados diariamente na Escola.

2.4.3 - Perfil do Assistente Operacional e do Assistente Técnico

O assistente operacional e o assistente técnico devem realizar as tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob diretivas superiores. O assistente técnico também deve executar trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Contudo, outras características comuns são:

- ciente da importância de uma comunicação cordial e clara com a comunidade educativa;
- ciente do seu papel conciliador e formador;
- comprometido com a promoção de um ambiente de trabalho harmonioso e digno;
- consciente do papel crucial no funcionamento eficiente do Agrupamento;
- empenhado no desempenho das suas funções;
- fomentador de trabalho em equipa para garantir um ambiente escolar seguro e organizado;
- proativo, atento e crítico.

2.4.4 - Perfil do Encarregado de Educação

O encarregado de educação é responsável pelos deveres do seu educando, em especial quanto à assiduidade, pontualidade e disciplina. Também deve ser:

- ativo, participativo e promotor de uma parceria construtiva e produtiva com a comunidade educativa, valorizando a APEE como espaço privilegiado de intervenção significativa, onde ideias e preocupações podem ser partilhadas e discutidas de forma construtiva;

- comprometido com a visão, missão e valores promovidos pelo AEJM, alinhando-se com a sua missão educativa e contribuindo para a criação de um ambiente escolar coeso e respeitoso;
- envolvido ativamente no percurso escolar dos seus educandos;
- promotor da educação contínua e o desenvolvimento pessoal, social, e mesmo físico dos seus educandos, destacando a importância da aprendizagem ao longo da vida.

2.5 – Constituição das Turmas

A constituição das turmas é enquadrada pela legislação em vigor. Contudo, dentro da margem de autonomia atribuída ao AEJM, estabelecem-se critérios, depois de auscultado o CP, que têm por base as metas e objetivos traçados no PE de garantir o acesso à Educação inclusiva, de qualidade e equitativa e de promoção do sucesso.

1. Na constituição dos grupos e turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e de eficaz gestão de recursos humanos e materiais de cada escola do agrupamento.
2. As turmas deverão ter, sempre que possível e de acordo com a legislação em vigor, o número mínimo de alunos.
3. Na constituição das turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, o diretor, após ouvir o CP, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a erradicação do abandono escolar.
4. Os grupos/turmas são constituídos pelo número mínimo de 20 crianças/alunos, sempre que em Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração da criança/aluno em grupo reduzido, não podendo incluir mais de 2 crianças/alunos nestas condições, salvo em casos excecionais e devidamente fundamentados.
5. A redução do grupo/turma prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destas crianças/alunos no seu grupo/turma em pelo menos 60% do tempo curricular. Devem igualmente ser considerados os pareceres/indicações do professor titular de turma (PTT), conselho de turma (CT) e da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).
6. A constituição ou a continuidade, a título excepcional, de turmas com número inferior ao estabelecido, carece de autorização dos serviços territorialmente competentes (DGEstE), mediante análise de proposta fundamentada do diretor.
7. A constituição de turmas rege-se, ainda, na medida do possível, pela distribuição equilibrada:
 - a) por níveis etários próximos;
 - b) por género;

c) em função dos escalões de Ação Social Escolar (ASE).

8. Nas turmas de 1.º ano de escolaridade, para além dos critérios vigentes na lei, será considerado o grupo de frequência no pré-escolar.
9. Nas turmas dentro do mesmo ciclo de escolaridade, deve obedecer-se ao princípio da continuidade dos anos anteriores, salvo indicação em contrário do PTT, ouvido o Departamento do 1.º Ciclo, ou o CT, sendo possível recorrer ao desmembramento de turmas de continuidade no mesmo ano curricular.
10. Na constituição das turmas do 1.º, 5.º e 7.º anos de escolaridade, deverá ser mantido um grupo de três a oito alunos proveniente da turma/grupo anterior.
11. Na mudança de ciclos de escolaridade, o grupo turma é alterado para que haja um equilíbrio ao nível das competências de aprendizagem e da distribuição equitativa por género e idade, promovendo-se desta forma o sucesso escolar dos alunos.
12. As turmas de 4.º e 6.º anos serão divididas em grupos para constituição de turmas do 5.º e 7.º anos, sendo respeitados os princípios de equidade, quer do aproveitamento, quer do comportamento das turmas. Para tal, serão tomadas em consideração as indicações registadas pelos PPT e CT no final do ano letivo, sendo igualmente dadas indicações sobre alunos que evidenciem comportamentos menos facilitadores da aprendizagem nas turmas, de forma a permitir a constituição de grupos equilibrados no ano letivo seguinte.
13. Na constituição de turmas dos restantes anos, são também tidos em consideração os pareceres/indicações dos PTT e dos CT relativamente aos alunos de cada turma no ano letivo anterior.
14. No 7.º ano de escolaridade, só é possível respeitar a opção da Língua Estrangeira II quando é atingido o número mínimo de alunos previsto na lei para formação de turmas.
15. Quanto a alunos retidos, tem-se em ponderação o seguinte em todos os ciclos:
 - a) as propostas do PTT, CT, ou da equipa pedagógica;
 - b) a sua distribuição equilibrada, considerando o seu perfil;
 - c) as medidas de apoio destinadas aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem.
16. Deverão ser colocados na mesma turma, sempre que possível, alunos provenientes do estrangeiro que demonstrem dificuldades em Língua Portuguesa, a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico previsto ou frequência da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM).
17. A constituição de turmas de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) ou de outra religião obedece à lei em vigor.

18. No regime articulado:

- a) as turmas dedicadas são constituídas unicamente por alunos que frequentam o curso de ensino artístico;
- b) esgotadas todas as hipóteses de constituição de turmas dedicadas de acordo com a alínea anterior, os alunos matriculados em regime articulado podem integrar outras turmas não exclusivamente constituídas por alunos do ensino artístico especializado, frequentando as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral;
- c) na transição de ano, os alunos deverão ser mantidos nas respetivas turmas, salvo situações devidamente fundamentadas;
- d) no 7.º ano de escolaridade, a continuidade da turma dedicada do ensino articulado fica condicionada pela opção da escolha da maioria dos alunos relativamente à Língua Estrangeira II.

19. A continuidade na composição da turma de qualquer ano de escolaridade pode ser cessada:

- a) por questões disciplinares;
- b) por imperativos de natureza pedagógica, devidamente fundamentados pelo PTT, ouvido o Departamento do 1.º Ciclo, ou pelo CT do ano anterior;
- c) devido às disciplinas de opção.

2.6 - Horários das Turmas

A gestão do tempo e dos recursos é uma parte fundamental na organização escolar e obedece à legislação em vigor e prevalência de critérios de natureza pedagógica.

1. Na Educação Pré-escolar e no 1.º Ciclo, o horário deverá funcionar em regime normal e nos 2.º e 3.º ciclos, maioritariamente no turno da manhã.
2. Nos 2.º e 3.º ciclos não devem ser ultrapassados os 8 tempos letivos por turma por dia.
3. Desfasamento de horário entre as turmas do 1.º e 2.º anos com as do 3.º e 4.º anos, na EB1 de Oliveira do Castelo.
4. Desfasamento de horário entre as turmas do 2.º Ciclo com as do 3.º Ciclo, na EB2/3 Professor João de Meira.
5. As aulas de uma disciplina devem ser distribuídas, sempre que possível, em dias intercalados.
6. As aulas das disciplinas de Língua Estrangeira não devem ser marcadas em tempos letivos consecutivos.

7. As aulas das disciplinas de Português e Matemática devem ser marcadas, preferencialmente, no período da manhã.
8. A mesma disciplina não deve ser sistematicamente lecionada ao último tempo da manhã ou da tarde.
9. As turmas devem ter uma sala de aula própria alternada apenas com salas de aula das disciplinas que requerem espaços específicos (ginásio, laboratório e salas de Educação Visual, Educação Tecnológica, TIC e Oficina de Teatro).
10. Em cada período (manhã, tarde), não devem ocorrer tempos intercalados sem atividades curriculares.
11. Sempre que as atividades escolares decorram nos períodos da manhã e da tarde, o intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora.
12. As aulas de Educação Física, no turno da tarde, só poderão iniciar pelo menos uma hora depois do fim do período definido para almoço no horário da respetiva turma.
13. A não frequência de uma disciplina pela totalidade dos alunos de uma turma implica que seja sempre evitado que os alunos que a ela não estejam matriculados, fiquem com esse tempo letivo desocupado.
14. O desdobramento das turmas e/ou o funcionamento de forma alternada de disciplinas é autorizado nos termos definidos em legislação e/ou regulamentação próprias.
15. No regime articulado os horários são elaborados permitindo que os alunos não fiquem sujeitos a tempos não letivos intercalares, com exceção dos que correspondem ao período da refeição.
16. Para efeitos do disposto no número anterior, o Agrupamento articula a elaboração dos horários com o Conservatório de Música de Guimarães.

2.7 - Distribuição do Serviço Docente

A distribuição do serviço docente reflete o compromisso de proporcionar uma educação de excelência que prepare os alunos para um futuro de sucesso. O respeito pelas capacidades e competências dos professores e o reconhecimento do seu papel essencial são fundamentais para a realização da missão educativa do PE.

Tendo em conta os pressupostos legais e regulamentares em vigor, a distribuição do serviço docente é feita pelo diretor tendo em consideração os critérios definidos pelo CP e deverá assentar não só em pressupostos pedagógicos, tais como a defesa da qualidade de ensino e os legítimos interesses dos alunos, como também na eficaz gestão dos recursos disponíveis.

1. Na distribuição de serviço docente dever-se-á ter em linha de conta a adequação do perfil dos docentes às características e necessidades da turma.

2. A responsabilidade última da distribuição de serviço é da competência do diretor e de aceitação obrigatória.
3. Deverá ser respeitado o princípio da continuidade pedagógica, salvo situações devidamente fundamentadas.
4. Deve ser atribuído o maior número de turmas possível a uma mesma equipa pedagógica, o que facilitará a interação pedagógica, a programação interdisciplinar e incrementará mecanismos de articulação.
5. De um modo geral, e sempre que possível, o último tempo do turno da tarde é reservado, quer nos horários dos professores, quer nos horários das turmas, para reuniões colaborativas e outras atividades.
6. Os tempos resultantes do crédito horário, da insuficiência de horário e da componente não letiva são orientados, preferencialmente, para aplicação das medidas de promoção do sucesso.
7. A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento/Cidadania Digital deve ser atribuída ao diretor de turma (DT) e ao PTT, salvo em situações excecionais.
8. Na distribuição de serviço dos professores com redução da componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente, sempre que possível, em cada quatro tempos de redução, um deve ser alocado para trabalho a nível individual (TNI).

3. PLANO ESTRATÉGICO

Com o presente plano estratégico pretende-se dar continuidade a uma efetiva envolvência da comunidade educativa, de modo a criar condições para a promoção de uma cultura de gestão que facilite a monitorização e avaliação do próprio processo de implementação do plano. Com isso, também se pretende rentabilizar os recursos humanos, simplificar processos/procedimentos e contribuir para uma melhor articulação entre as linhas de ação, os objetivos e os indicadores de desempenho.

A título de exemplo, destacam-se de entre várias medidas de continuidade, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e, ainda, as de combate ao insucesso escolar que permitiram alcançar um patamar de excelência, refletido nas taxas de transição de 100% e taxas de abandono escolar de 0%.

Ainda na persecução de indicadores preditores de sucesso e que se enraizaram na ação educativa do Agrupamento, propõe-se um calendário letivo com organização trimestral e com quatro reportes informativos da avaliação de alunos.

Contudo, haverá a necessidade de orientar o esforço coletivo para as novas oportunidades e, assim, contribuir para a resolução de problemas que ainda não tiveram resposta condizente com o que se preconiza, das quais se destacam três delas:

- novos grupos de Educação Pré-escolar;
- consolidação da articulação vertical curricular entre os diferentes ciclos de ensino;
- maior dimensão internacional e globalização da ação educativa do AEJM.

Este PE indica caminhos e elenca um conjunto de medidas e recursos que podem ser alavancados para a concretização destas oportunidades, sobretudo:

- a implementação das Aprendizagens Essenciais baseadas nos princípios, visão e valores definidos no PASEO;
- a adoção dos ODS definidos na Agenda 2030, da ONU;
- as orientações apontadas pela Bússola de Aprendizagem do projeto *Education 2030: The Future of Education and Skills*, instituído pela OCDE, em 2015.

Para tal, o AEJM deve:

- criar condições para garantir o acesso à Educação inclusiva, de qualidade e equitativa, que promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- acompanhar as mudanças sustentáveis que se devem dirigir a condicionantes nucleares: número de alunos por turma, requalificação das escolas, renovação de equipamentos tecnológicos, formação contínua do pessoal docente e não docente e, até, prever a falta estrutural de professores;

- garantir qualidade do ensino e aprendizagens significativas que despertem o potencial de cada criança e jovem, contribuindo para que sejam felizes e capazes de adotar decisões livres sobre as suas vidas e o mundo que os rodeia, fundamentadas em princípios democráticos e valores humanistas.

3.1 – Programas, Projetos e Clubes

O Agrupamento tem em funcionamento diversos programas, projetos e clubes, nomeadamente:

Programas / Projetos / Clubes	
10 Minutos a Ler	PEBI - Programa Escolas Bilingues de Inglês
Associação de Estudantes	Plano Casa
Campanhas Solidárias	Plano Nacional das Artes (PNA)
Clube Ciência Viva	Plano Nacional de Cinema (PNC)
Clube de Programação	Plano Nacional de Leitura (PNL)
Clube de Xadrez	Português Língua Não Materna
Clube Europeu	Prémio Simplex+
DELFI - Diploma de Estudos em Língua Francesa	Programa Pegadas
Desafios <i>SeguraNet</i>	Projeto Erasmus+
Desporto Escolar	Projeto Mentoria Interpares
Eco-Escolas 2.º e 3.º ciclos	Promoção e Educação para a Saúde (PES)
Eco-Escolas EB1 Oliveira da Castelo	Rede de Bibliotecas Escolares
Eco-Escolas EB1/JI São Roque	Residência Musical
<i>eTwinning</i>	Robótica
Jornal "Guimarães Notícias"	SELF - Secção Europeia de Língua Francesa
Newsletter	UAARE - Unidade de Alto Rendimento Desportivo na Escola
Orçamento Participativo da Escola	<i>Ubuntu</i>
Parlamento dos Jovens	<i>United Schools</i>

[Tabela 7] – Programas, projetos e clubes.

Paralelamente, o Agrupamento tem recebido inúmeros prémios e distinções, tais como: *eTwinning Quality Label*, Selo Europeu das Línguas, Selo Escola Sem *Bullying*, Selo Escola SaudavelMente, Selo Escola Saudável (nível III), torneios de xadrez, concurso de Robótica e Prémio Comunidade *ubbu*;

Para cumprir a sua Missão, o Agrupamento estabeleceu protocolos e parcerias, que mantém ativos, nomeadamente com a autarquia, com diferentes instituições e empresas, com instituições do Ensino Básico, Secundário e Superior, Centro de Formação, Meios de Comunicação Social, Associação de Pais, no sentido de promover a formação em contexto de trabalho, a transição para o digital e a internacionalização do ensino.

A título exemplificativo, a autarquia dispõe de várias iniciativas que o Agrupamento explora em articulação com as atividades curriculares do 1.º Ciclo, nomeadamente: (Re)Conhecer Guimarães, Atividade Física e Desportiva, Bibliotecas Escolares, *Hypatiamat*, Lições Iluminadas, Mais Três, Orçamento Participativo, Parceria com a Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”, PEGADAS, Pergunta ao Tempo, Plataforma Educação Financeira, Plataforma Ensinar e Aprender Português, Plataforma Mais Cidadania.



[Imagem 14] – Logótipo do Município de Guimarães.

Esta dinâmica de implementação de programas, projetos e clubes decorre em plena articulação com o currículo, não só através dos PT, mas também pelos Domínios de Autonomia Curriculares (DAC), que constituem uma opção curricular de trabalho interdisciplinar e/ou articulação curricular, cuja planificação deve identificar as disciplinas envolvidas e a forma de organização. A multiplicidade de intervenientes nas atividades desenvolvidas no âmbito deste tipo de articulação pode promover a aprendizagem com diferentes atores “especialistas” e, ainda, a partilha de saberes entre pares.



[Imagem 15] – Serviço educativo (Pedagogia).

As tecnologias educativas e digitais vieram alterar, definitivamente, o processo de ensino e aprendizagem que passou a adotar novas práticas e formas de abordagem. Têm como principal função promover as boas práticas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, como é o caso das metodologias ativas, procurar o equilíbrio na transição das práticas passivas, expositivas e de pouca interação utilizadas durante muito tempo, para as metodologias ativas que estimulem a autonomia e a independência dos alunos, considerando-se o seguinte:

Método centrado no professor	Métodos centrados nos alunos
Apresentação e explicação. Instrução direta. Ensino e conceitos.	Metodologias ativas de aprendizagem.
Utilizados para ajudarem os alunos a:	
<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver hábitos de concentração e reflexão; - adquirir e assimilar informação nova; - organizar o conhecimento de forma estruturada; - aprender conceitos específicos; - desenvolver o raciocínio lógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver competências sociais; - alcançar o sucesso acadêmico; - trabalhar a tolerância e aceitar a diversidade; - desenvolver competências de autoaprendizagem e autorregulação; - desenvolver competências de pesquisa e de resolução de problemas; - desenvolver competências de comunicação e processos de reflexão; - compreender conceitos; - envolver-se e assumir compromissos.

[Tabela 8] – Método de ensino tradicional e metodologias ativas.

As metodologias ativas não só procuram revolucionar a relação entre alunos e professores, potencializando a qualidade da aprendizagem, bem como representar uma técnica pedagógica que se baseia no desenvolvimento de atividades pedagógicas capazes de motivar os alunos, tornando-os protagonistas principais no processo de construção do próprio conhecimento.

Através das metodologias ativas de aprendizagem, o ensino e a aprendizagem tendem a assentar em práticas que trabalham com diferentes conceitos de maneira repetida — de várias maneiras e com feedback imediato, com o intuito de consolidar a aprendizagem dos alunos, num processo de autorregulação e de maior autonomia.



[Imagem 16] – Metodologias ativas.

3.2 – Plano de Ação

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não se atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

*José de Alencar, citado por António Nóvoa,
In IV Encontro sobre Inovação Pedagógica SUPERTABi, 2020,
É possível dizer como será a educação do futuro?*

Decorrente da visão, missão e princípios e valores, emerge o plano de ação estratégica do PE, aqui apresentado com uma organização esquemática, estruturada em compartimentos separados para melhor compreensão dos seus propósitos, embora todas as partes se complementem e interliguem. Assim, aposta-se em três grandes áreas de ação – **Aprender, Incluir e Comunicar** - alicerçadas em três eixos transversais: *promoção da articulação vertical e horizontal, aposta na transição para o digital e desenvolvimento de valores de democracia, humanismo e sustentabilidade.*

Para cada um dessas áreas foram definidos objetivos/compromissos, selecionadas estratégias/ações e registados indicadores de verificação convergentes para a consecução do plano de ação a seguir espelhado.

3.2.1 – Áreas de Ação

1. Área de ação	APRENDER
Objetivos/Compromissos	<ul style="list-style-type: none">• Garantir uma aprendizagem de qualidade, contribuindo para que todas as crianças e jovens despertem o seu potencial.• Promover uma avaliação contextualizada e autorregulada.• Reforçar a articulação vertical curricular.
Estratégias/Ações	<ul style="list-style-type: none">• Diversificação e inovação das metodologias de ensino/aprendizagem.• Incentivo ao trabalho colaborativo para definir estratégias que levem à operacionalização das competências a desenvolver.• Promoção da autorregulação e a reflexão das aprendizagens, como estratégias de estímulo ao sucesso de qualidade.• Reflexão sobre o trabalho desenvolvido.• Rentabilização do Centro de Apoio à Aprendizagem.• Utilização sistemática da metodologia de projeto e atividades experimentais.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none">• Consistência dos resultados estatísticos da avaliação.• Dados documentais (atas, grelhas, relatórios, inquéritos).• Taxa de sucesso e qualidade do sucesso.

[Tabela 9] – Área de ação (Aprender).

2. Área de ação	INCLUIR
Objetivos/Compromissos	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximar a comunidade local e internacional da ação do agrupamento para a concretização dos objetivos do PASEO. • Garantir o acesso à educação de qualidade, equitativa e inclusiva, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Estratégias/Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de uma oferta educativa e formativa, dando uma resposta educativa às necessidades sociais. • Alargamento de educação pré-escolar. • Criação de condições de apoio às diferentes necessidades e especificidades dos alunos. • Criação de oportunidades para dar voz aos alunos de forma regulada. • Promoção da continuidade de projetos que favoreçam a inclusão. • Estabelecimento de parcerias com entidades locais, nacionais e internacionais. • Formação específica na área da inclusão para toda a comunidade. • Inclusão de todos os alunos em todas as atividades, nomeadamente alunos com medidas adicionais. • Criação de momentos de partilha com outras escolas/agrupamentos com bons exemplos de inclusão. • Elaboração de um manual de acolhimento para alunos emigrantes/refugiados.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleias de alunos e professores. • Atividades realizadas e implementação de projetos. • Criação de novas salas/espacos. • Resultados dos alunos com RTP, PEI e PIT. • Resultados dos alunos provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos. • Taxa de participação efetiva dos alunos nas atividades do PAA.

[Tabela 10] – Área de ação (Incluir).

3. Área de ação	COMUNICAR
Objetivos/Compromissos	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a identidade local e nacional e preparar para uma cidadania ativa numa sociedade global. • Cultivar um clima de confiança, oferecendo exemplos e ambientes seguros. • Garantir oportunidades para desenvolver competências de comunicação interpessoal que favoreçam a felicidade e o bem-estar de todos. • Melhorar a comunicação interna e externa.
Estratégias/Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação clara, simples e objetiva, adequando a informação ao público-alvo. • Comunicação em diferentes línguas, utilizando plataformas digitais. • Criação de um grupo responsável pela comunicação. • Formação dos docentes do ensino pré-escolar, 1.º e 2.º anos, em inglês. • Implementação de projetos bilingues (inglês). • Melhoria da Página do Agrupamento. • Promoção de formações, convívios e clubes/projetos que favoreçam a socialização. • Uniformização da metodologia da comunicação.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de satisfação dos EE, alunos, pessoal docente e não docente. • Grau de envolvimento da comunidade educativa nos projetos e iniciativas locais, nacionais e internacionais. • Grau de envolvimento da comunidade educativa nas atividades do PAA. • Relatório de execução de atividades.

[Tabela 11] – Área de ação (Comunicar).

3.2.2 – Eixos Transversais

1. Eixo transversal	ARTICULAÇÃO/DIGITALIZAÇÃO/HUMANISMO
Objetivos/Compromissos	<ul style="list-style-type: none">• Ajudar a formar cidadãos responsáveis e ativos, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e defesa do meio ambiente.• Desenvolver as competências necessárias para uma crescente responsabilidade para atuar numa sociedade global, digitalizada e ligada em rede.• Intensificar a integração e sequencialização de saberes.
Estratégias/Ações	<ul style="list-style-type: none">• Candidaturas a projetos nacionais/internacionais.• Estabelecer parcerias com entidades locais.• Existência de projetos, clubes e atividades em plena articulação com o currículo e em consonância com a estratégia de educação para a cidadania.• Realização de reuniões intra e interdisciplinares para planificação e implementação de atividades.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none">• Clubes/projetos e atividades do agrupamento.• Comportamento dos alunos.• Parcerias.

[Tabela 12] – Eixo transversal.

3.3 – Monitorização e Avaliação

A constante busca pela excelência na educação requer uma abordagem sistemática e contínua de avaliação e aperfeiçoamento. Reconhece-se que o caminho para alcançar os objetivos delineados é dinâmico e a avaliação periódica e a adaptação são essenciais para garantir um alinhamento constante com as metas estabelecidas.

A monitorização e avaliação do PE ultrapassam a esfera de um mero procedimento burocrático; antes, constituem meios pelos quais avaliamos a eficácia das estratégias e práticas educacionais implementadas. Estas avaliações conferem informações valiosas sobre o que está a funcionar bem e onde são necessários melhoramentos. É um processo que envolve não apenas docentes, mas também alunos, encarregados de educação e a comunidade em geral. Concomitantemente, é essencial a existência de uma articulação coerente com os restantes documentos orientadores para que se garanta coordenação na ação educativa e maximização dos recursos e conseqüente qualidade do serviço educativo. Também será importante incorporar no PE o sentir de diversos atores e, assim, fazer prova do envolvimento ativo da comunidade educativa na sua construção. Os processos de monitorização e de autoavaliação têm bastante relevo na reconfiguração e requalificação de todo o serviço educativo prestado pelo AEJM, sendo um processo cíclico que gera aperfeiçoamento e aumenta a eficácia das medidas implementadas. Simultaneamente, a reflexão crítica pode servir para indicar novos caminhos que ajudem a concretizar os objetivos do PE.

O PE será monitorizado sistematicamente pela equipa de autoavaliação do AEJM e pelo CP, que utilizarão as técnicas e instrumentos mais adequados que incluem questionários, entrevistas e análise de documentos. Serão elaborados relatórios de monitorização que possam ser partilhados com a comunidade educativa com o intuito de promover a transparência e a participação ativa de todos os interessados. Este processo contínuo de recolha, análise e apropriação dos dados permite não só avaliar o progresso em direção às metas do PE, mas também promove uma cultura de melhoria constante em toda a comunidade educativa, não perdendo de vista o objetivo maior: preparar os nossos alunos para um futuro de sucesso.

Através da monitorização e conseqüentes resultados obtidos serão identificadas áreas de sucesso que merecem ser celebradas e áreas que necessitam de atenção adicional. Estas últimas deverão ser encaradas como oportunidades de crescimento e desenvolvimento, salientando o compromisso conjunto com a melhoria da educação que se pretende desenvolver. É um testemunho da capacidade de aprender com os sucessos e desafios e de adaptar as práticas organizacionais e educativas para atender às necessidades em constante evolução dos nossos alunos.

REFLEXÃO FINAL

O PE é um documento estratégico e representa um compromisso de melhoria contínua, adaptação e aprendizagem constante. É um tributo ao poder da colaboração e à força da comunidade educativa em que se insere o AEJM.

Não esquecendo a transição para o digital, com este PE pretende-se reconfigurar o sistema de ensino e de formação para a era digital, promover o desenvolvimento de competências digitais necessárias ao ensino e aprendizagem em contexto digital e, ainda, o desenvolvimento das competências digitais necessárias à comunicação, quer entre atores internos quer entre a escola e a comunidade.



[Imagem 17] - European Framework for the Digital Competence of Educators: DigCompEdu (2)''

O PE também tem a visão de desenvolvimento sustentável comum à “Agenda 2030”, nomeadamente, na prossecução dos 17 ODS, que visam resolver as carências da população, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás. A mobilização dos meios de implementação é também reconhecida como fundamental, rentabilizando os recursos humanos e as tecnologias de desenvolvimento para a transferência de capacitação. Transformar esta visão em realidade é uma responsabilidade partilhada com a Escola, mas que exige solidariedade e novas parcerias internacionais.

Todos têm um papel a desempenhar num contexto de inclusão, não só na dimensão ética, referente aos princípios e valores inscritos no PE, mas também na dimensão relativa à implementação de medidas de políticas educativas que promovam e enquadrem a ação do Agrupamento e da comunidade educativa e, ainda, na dimensão respeitante às práticas educativas, não podendo nenhuma delas ser negligenciada.

Neste âmbito, valoriza-se a interação com outras comunidades através dos programas *eTwinning* e *Erasmus+* e, ainda, a qualidade da comunicação através do reforço da capacitação da aprendizagem de línguas estrangeiras, nomeadamente, com os programas SELF, DELF (Francês) e PEBI (Inglês). Ainda no domínio das línguas será necessário proceder à rápida integração escolar dos alunos estrangeiros que são portadores de uma evidente diversidade linguística na escola, não só pela capacitação no domínio das línguas estrangeiras dos alunos nacionais, mas também através do reforço da aprendizagem do Português pelos estrangeiros. Assim, justifica-se a necessidade de fazer uma avaliação diagnóstica dos alunos que não têm o Português como língua materna que deve ser seguida da elaboração de um plano de apoio no que respeita ao ensino do Português, de acordo com as aprendizagens essenciais de PLNM.



[Imagem 18] - Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal and European Commission, 2020.

Com a equipa UAARE, o AEJM pretende conciliar o sucesso escolar e desportivo, através da articulação com os encarregados de educação, o município, as federações desportivas e seus agentes, entre outros interessados, tendo por objetivo conciliar, com sucesso, a atividade escolar com a prática desportiva de alunos/atletas enquadrados no regime de alto rendimento, seleções nacionais ou de elevado potencial desportivo.

Na oferta complementar curricular introduz-se a “Cidadania Digital” que pretende ser elo de união entre a visão, missão, princípios e valores descritos e a perspetiva de transição para o digital, isto é, com a “Cidadania Digital” pretende-se dotar os alunos com a capacidade de usar tecnologias digitais de forma consciente, crítica e responsável para participar na sociedade, tomar decisões informadas, resolver problemas e exercer plenamente os seus direitos e deveres cívicos.

O caminho traçado é marcado por diversos desafios que permitirão alcançar o sucesso de todos, mas, acima de tudo, é caracterizado pelo compromisso incansável com a excelência educacional, com a convicção de que a educação é a chave para um futuro brilhante. Pretende-se moldar mentes jovens e preparar os alunos conscientes dos seus direitos e deveres para enfrentar o mundo com conhecimento, confiança e compreensão.

O PE poderá ser a Pedra Filosofal, aquela que a Escola procura encontrar e que lhe permitirá transformar todos os metais em ouro e descobrir o elixir da vida, mantendo a sua imortalidade em cada um dos seus alunos. Como um alquimista.

O Alquimista

Como um alquimista
perseguido o equilíbrio,
tento transformar
elementos incrustados,
perdidos, soterrados,
em algo precioso.
Tentativas deveras
permitem-me atravessar
a barreira do inatingível.
Desperto o ocioso,
desagrego composições,
capto e isolo energias,
provoco explosões.
A arte se revela! ...
A água se transforma em vinho!
Elementos multiplicam-se,
chocam-se, agregam-se,
tornam-se um só.
Não como antes!

Ricardo Ohara

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. J., Castro, R. V., & Estêvão C. V. (1999). *Projetos Educativos, planos de actividades e regulamentos internos (avaliação de uma experiência)*. Cadernos do CRIAP, junho de 1999. Porto: Edições Asa.
- Albalat, V. B. (1989). *Proyecto educativo, plan anual del centro, programación docente y memoria*. Madrid: Ed. Escuela Española.
- Azevedo, R., Fernandes, E., Lourenço, H., Barbosa, J., Silva, J. M., Costa, L., & Nunes, P. (2011).
- Barroso, J. (org.) (1999). *A escola entre o local e o global. Perspectivas para o século XXI*. Lisboa: Educa, p. 129-142.
- Barroso, J. (2004). A autonomia das escolas: uma ficção necessária. *Revista Portuguesa de Educação*, 17 (2), 49-83.
- Costa, J. A. (1991). *Gestão Escolar. Participação. Autonomia. Projeto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- Ferreira, E., Lopes, A., & Correia, J. (2015). Repensar as Lideranças Escolares em Questões de
- Fullan, M. (2003). *Liderar numa cultura de mudança*. Porto: Asa Editores.
- Goleman, D., Boyatzis, R., & Mckee, A. (2002). *Os novos líderes. A inteligência emocional nas organizações*. Lisboa: Gradiva.
- OCDE (2018). *The Future of Education and Skills - Education 2030: What is OECD Education 2030*. Paris: OECD. Disponível em <https://www.oecd.org/education/school/Flyer-The-Future-of-Education-and-Skills-Education-2030.pdf> (acedido em 18/10/2023).
- Oliveira, I. (2018). O papel das lideranças na organização curricular por competência - um estudo do caso na Escola Narciso Ramalho. (Dissertação de mestrado não publicada). Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/7527/1/TMSP_FernandaGomes.pdf (acedido em 18/10/2023).
- ONU (2015). *Agenda 2030 - Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. Disponível em https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf (acedido em 18/10/2023).
- PASEO (2017). *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Despacho n.º 9311/2016, de 21 de julho). Disponível em https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf (acedido a 18/10/2023).

Rodrigues, D. (org.) (2003). *Perspectivas sobre a Inclusão – Da Educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora.

Roldão, M. C. (1999). *Gestão curricular, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME/DEB.

Roldão, M. C. (2003). Diferenciação curricular e inclusão. In David Rodrigues (org.) (2003) *Perspectivas sobre a Inclusão – Da Educação à Sociedade*, pp. 151-166. Porto: Porto Editora.

Schleicher, A. (2018). *The future of education and skills - Education 2030 (OECD)*. Paris: OECD.

Sousa, F. (2010). *Diferenciação curricular e deliberação docente*. Porto: Porto Editora.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro (Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar).

Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho (Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento).

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril).

Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro (Estatuto do Aluno e da Ética Escolar).

Lei n.º 65/2015, de 3 de julho (Estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade).

Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória).

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (Educação Inclusiva).

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho (Currículo).

Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho (Organização do Ano Letivo).

Despacho Normativo n.º 6944-A/2018, de 19 de julho (Aprendizagens Essenciais).

Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto (Ofertas Educativas, operacionalização do currículo, avaliação das aprendizagens).

Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho (Gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário).

Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho (Referenciais Curriculares - fim das metas).

Plano 23 | 24 Escola +: Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023, de 18 de julho.

Despacho n.º 6726-A/2021, de 08 de julho (Calendário Escolar).

ANEXOS – Matrizes Curriculares

Educação Pré-escolar

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar identificam três áreas de conteúdo - Área de Formação Pessoal e Social, Área de Expressão e Comunicação e Área do Conhecimento do Mundo.

Formação Pessoal e Social	Construção de identidade e autoestima		7,5 horas	25 horas/ semana
	Independência e autonomia			
	Consciência de si como aprendiz			
	Convivência democrática e cidadania			
Conhecimento do Mundo	Introdução à metodologia científica		7 horas	
	Abordagem às Ciências	Conhecimento do mundo social		
		Conhecimento do mundo físico e natural		
		Mundo Tecnológico e utilização das Tecnologia		
Expressão e Comunicação	Domínio da Educação Física		10,5 horas	
	Domínio da Educação Artística	Artes Visuais		
		Jogo dramático/Teatro		
		Música		
		Dança		
	Domínio da linguagem oral e abordagem à escrita	Comunicação Oral (PEBI*)		
		Consciência Linguística		
		Abordagem à Escrita - Funcionalidade da linguagem escrita e sua utilização em contexto		
		Abordagem à escrita – Prazer e motivação para ler e escrever		
	Domínio da matemática	Números e operações		
		Organização e tratamento de dados		
		Geometria		
Medida				
Interesse e curiosidade da matemática				

*PEBI – Programa de Ensino Bilingue de Inglês.

1.º Ciclo - Ensino Regular (a)

Componentes de currículo			Carga horária semanal (horas) (b)	
			1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos
Português	Cidadania e Desenvolvimento (f)	TIC (f)	7	6
Matemática			7	6
Estudo do Meio			3	3
Educação Artística (Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música) (c)			5 (2h de intervalo)	5 (2h de intervalo)
Educação Física (c)				
Apoio ao Estudo (d)			1	2 (0,5h de intervalo)
Oferta Complementar – Cidadania Digital (e)			2 (0,5h de intervalo)	1
Inglês			--	2
Educação Moral e Religiosa (h)			1	1
Total (g)			25	25
Atividades de Enriquecimento Curricular (h)			5	5

(a) Este ciclo de ensino integra, nos quatro anos de escolaridade, a oferta obrigatória de Atividades de Enriquecimento Curricular, de frequência facultativa, com uma carga horária semanal de cinco horas, a desenvolver no ensino básico, com natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

(b) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.

(c) É dada a possibilidade à escola de prever coadjuvações na Educação Artística e na Educação Física, sempre que adequado, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis. Nos 1.º e 2.º anos com 2 horas de tempos inerente ao intervalo, 2 horas de Educação Física e 1 hora de Educação Artística. Nos 3.º e 4.º anos com 2 horas de tempos inerente ao intervalo, 2 hora de Educação Artística e 1 hora de Educação Física.

(d) O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.

(e) A(s) nova(s) componente(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios.

(f) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.

(g) Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.

(h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

2.º Ciclo - Ensino Regular (b)

Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (minutos) (a)		
	5.º ano	6.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/Disciplinas:			
Línguas e Estudos Sociais	10,5	10,5	21
Português	4	4	8
Inglês	3	3	6
História e Geografia de Portugal	3	3	6
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5	1
Matemática e Ciências	7	7	14
Matemática	4	4	8
Ciências Naturais	3	3	6
Educação Artística e Tecnológica	6,5	6,5	13
Educação Visual	2	2	4
Educação Tecnológica	2	2	4
Educação Musical	2	2	4
TIC	0,5	0,5	1
Educação Física	3	3	6
Educação Moral e Religiosa (c)	1	1	2
Subtotal (não soma EMR)	27	27	54
Oferta Complementar – Cidadania Digital (d) Crédito Horário - DT	0,5	0,5	1
Complemento à Educação Artística – Oficina de Teatro (e) Crédito Horário	0,5	0,5	1
Total (não soma EMR)	28	28	56

(a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.

(b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º

(c) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.

(d) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando existam(m).

(e) Componente que possibilita a frequência de outros domínios da área artística, ao longo do ciclo, cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis, através da utilização do conjunto de horas de crédito.

2.º Ciclo - Ensino Artístico (b)

Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (tempos de 50 minutos) (a)		
	5.º ano	6.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/ Disciplinas:			
Línguas e Estudos Sociais	11	11	22
Português	4	4	8
Inglês	3	3	6
História e Geografia de Portugal	3	3	6
Cidadania e Desenvolvimento	1	1	2
Matemática e Ciências	7	7	14
Matemática	4	4	8
Ciências Naturais	3	3	6
Educação Artística e Tecnológica	2	2	4
Educação Visual	2	2	4
Educação Física	3	3	6
Educação Moral e Religiosa (c)	1	1	2
Subtotal (não soma EMR)	23	23	46
Formação Especializada	7	7	14
Total (não soma EMR)	30	30	90

(a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo, com exceção da componente da formação artística especializada. Sempre que os alunos frequentem turmas não exclusivamente constituídas por alunos do ensino artístico especializado, estes frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga horária e na unidade adotadas pela escola de ensino básico geral na turma que frequentam.

(b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º

(c) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos.

3.º Ciclo - Ensino Regular (a)

Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (tempos de 50 minutos) (a)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/Disciplinas:				
Português	4	4	4	12
Línguas Estrangeiras	5	5	5	15
Inglês	3	2	3	8
Língua Estrangeira II	2	3	2	7
Ciências Sociais e Humanas	5,5	4	6	15,5
História	2	2	3	7
Geografia	3	2	2	7
Cidadania e Desenvolvimento	0,5		1	1,5
Matemática	4	4	4	12
Ciências Físico-Naturais	5	6	6	17
Ciências Naturais	2,5	3	3	8,5
Físico-Química	2,5	3	3	8,5
Educação Artística e Tecnológica	3,5	4	2	9,5
Educação Visual	2	2	2	6
Complemento à Educação Artística (OT/ET) (c)	1	1	-	2
TIC	0,5	1	-	1,5
Educação Física	3	3	3	9
Educação Moral e Religiosa (d)	1	1	1	3
Subtotal (não soma EMR)	30	30	30	90
Oferta Complementar – Cidadania Digital (e)				
(Crédito Horário – DT + TIC)	0,5 + 0,5	1	-	1,5
Total (não soma EMR)	31	31	30	92

(a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.

(b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral ou semestral, ou outra, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º

(c) Oferta de Educação Tecnológica e ou de outra na área artística, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.

(d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos.

(e) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, com recurso ao conjunto de horas de crédito. A(s) nova(s) disciplina(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).

NOTA: Sempre que ocorra a formação de turmas mistas constituídas por alunos do ensino regular e ensino artístico, estas assumem as cargas horárias semanais das disciplinas de “Cidadania e Desenvolvimento” e oferta complementar “Cidadania Digital” do ensino regular.

3.º Ciclo - Ensino Artístico (a)

Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (tempos de 50 minutos) (a)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/Disciplinas:				
Português	4	4	4	12
Línguas Estrangeiras	5	4	4	13
Inglês	3	2	2	7
Língua Estrangeira II	2	2	2	6
Ciências Sociais e Humanas	5	5	5	15
História	2	2	2	6
Geografia	2	2	2	6
Cidadania e Desenvolvimento	1	1	1	3
Matemática	4	4	4	12
Ciências Físico-Naturais	4	5	5	14
Ciências Naturais	2	3	2	7
Físico-Química	2	2	3	7
Educação Física	3	3	3	9
Educação Moral e Religiosa (c)	1	1	1	3
Subtotal (não soma EMR)	25	25	25	75
Formação Artística Especializada	7	7	7	21
Total (não soma EMR)	32	32	32	96

(a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo, com exceção da componente da formação artística especializada. Sempre que os alunos frequentem turmas não exclusivamente constituídas por alunos do ensino artístico especializado, estes frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga horária e na unidade adotadas pela escola de ensino básico geral na turma que frequentam.

(b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º

(c) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.

NOTA: Sempre que ocorra a formação de turmas mistas constituídas por alunos do ensino regular e ensino artístico:

- no 7.º ano de escolaridade assumem a carga horária semanal da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento” e metade da carga horária semanal da oferta complementar “Cidadania Digital” do ensino regular;

- no 8.º ano de escolaridade assumem a carga horária semanal da disciplina da oferta complementar “Cidadania Digital” do ensino regular.

Com parecer favorável em reunião do Conselho Pedagógico de 22/11/2023.

O Presidente do Conselho Pedagógico

(António Martins de Sousa Bessa)

Aprovado em reunião de Conselho Geral de 28/11/2023.

A Presidente do Conselho Geral

(Ana Maria Antunes Marques)